

Organizadores
Alcindo José de Sá Antonio Carlos de Barros Corrêa

Regionalização e Análise Regional
Perspectivas e abordagens contemporâneas

ISBN 978-85-7315-383-5

Recife, 2006 Editora Universitária

Sumário

Lista de autores 7
Apresentação 9

CAPITULO 1

REGIONALIZAÇÃO BRASILEIRA, CULTURA, IDENTIDADE:
ALGUMAS REFLEXÕES
..... *Alcindo José de Sá II*

CAPITULO 2

QUATRO COMENTÁRIOS SOBRE PAISAGEM E REGIÃO
Nilson Cortez Crocia de Barros 23

O ~~GEOSISTEMA~~ **GEOSISTEMA** COMO MODELO PARA A COMPREENSÃO DAS MUDANÇAS
AMBIENTAIS PRETÉRITAS: UMA PROPOSTA DE GEOGRAFIA FÍSICA COMO
CIÊNCIA HISTÓRICA
..... *Antonio Cartas de Barros Corrêa*
..... 33

CAPITULO 4

DEBATENDO O ESPAÇO GEOGRÁFICO: CONTRIBUIÇÕES A
PARTIR DO PROGRAMA DE SAÚDE AMBIENTAL DA CIDADE
DO RECIFE-PE
Anselmo César Vasconcelos Bezerra
..... *Jan Bitoun* 47

CAPITULO 5

TURISMO E PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO
GEOGRÁFICO: PROLEGÔMENOS A QUEM DESEJA FAZER
UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO TURISMO
..... *Cláudio Jorge Moura de Castilho*

CAPITULO 6 67

NOTAS SOBRE O IMAGINÁRIO DE SERTÃO A PARTIR DE
PAISAGENS METONÍMICAS DO SEMI-ÁRIDO
CAPITULO 7 PERNAMBUCANO
..... *Caio Augusto Amorim Maciel*
..... 79

GESTÃO DE BACIA HIDROGRÁFICA: PRESSUPOSTOS

BÁSICOS
..... *Hernani Loebler Campos* 91

CAPÍTULO 8	REGIÃO AMAZÔNICA VERSUSTABELEIROS COSTEIROS: PROPRIEDADES DE ARGISSOLOS E LATOSSOLOS DA FORMAÇÃO BARREIRAS <i>Maria do Socorro Bezerra de Araújo Carlos Ernesto R. C. Schaeffer Antonio Carlos de Barros Corrêa</i> <i>Leopoldo. L. Charmelo</i>	113
CAPÍTULO 9	RECONHECIMENTO DE IMPACTOS AMBIENTAIS POR COMUNIDADES PESQUEIRAS NO ESTUÁRIO DO RIO ITAPESSOCA - PE/BRASIL <i>Janaina Barbosa da Silva Eugênia C. Pereira</i> <i>Maria Fernanda Abrantes Torres.</i>	125
CAPÍTULO 10	O PLANEJAMENTO REGIONAL NO CONTEXTO DE INSERÇÃO DO BRASIL NA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: A AMDE E OUTRAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CAMPINA GRANDE-PB <i>Paulo Sérgio Cunha Farias</i> <i>Alcindo José de Sá</i>	139
CAPÍTULO 11	A GESTÃO SOCIAL DA ÁGUA EM BACIAS HIDROGRÁFICAS: O SER E O LUGAR NA VISÃO GEOGRÁFICA <i>Edvania C. de Assis</i> <i>Edvânia T. A. Comes</i>	163
CAPÍTULO 12	GLOBALIZAÇÃO E O USO DO TERRITÓRIO PELA MINERAÇÃO: DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CONTEÚDO TÉCNICO-ORGANIZACIONAL <i>Santiago Andrade Vasconcelos</i> <i>Alcindo José de Sá</i>	175
CAPÍTULO 13	DETERMINAÇÃO DO IVDN E DA FRAÇÃO DE COBERTURA VEGETAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO - PE <i>Josiclêda Domiciano Calvino Maria do Socorro Bezerra de Araújo</i> <i>Antônio Carlos de Barros Correa</i>	203
CAPÍTULO 14	CLUSTER DE SERVIÇOS: CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS A PARTIR DE EVIDÊNCIAS DO PÓLO MÉDICO DO RECIFE <i>Ana Cristina Fernandes</i> <i>João Policarpo R. Lima</i>	211

A GESTÃO SOCIAL DA ÁGUA EM BACIAS HIDROGRÁFICAS: o *ser* e o *lugar*
na visão geográfica

Edvania G. de Assis
Edvânia T. A. Gomes

Introdução

No desenvolvimento da vida, as mudanças espaço-temporal se responsabilizam pelas inúmeras metamorfoses do espaço geográfico. Nesse contexto, as perspectivas de novos espaços produzidos estão diretamente relacionadas com o desenvolvimento das relações sociais e suas representações espaciais sejam elas econômicas, ambientais, políticas e sociais.

Este artigo traduz uma discussão, onde aborda que a necessidade de produzir e reproduzir espaços não são uma necessidade atual. Os primitivos, pertencentes às primeiras civilizações que habitavam a terra, já desenvolviam técnicas que serviam para estes se adaptarem ao meio. Dessa forma, as representações sociais praticadas pela humanidade, sempre foi importante na procura da qualidade de vida¹. Nesse contexto, a distribuição de atividades exercidas nos espaços é desenvolvida pela busca de aprimorar os conceitos sobre o social e suas relações, podem ser classificadas pela relação de produção ou mesmo pelo simples fato de precisar de sustento.

Nesse contexto, a discussão do embate entre as relações sociais e os conflitos econômicos, ambientais e políticos, ocupam um papel importante, quando a necessidade de sustentabilidade é apontada para a preservação e a conservação, tanto no segmento social quanto ambiental.

O que esta questão mencionada, é que a bacia hidrográfica é uma unidade de planejamento territorial. A guisa da gestão social, a discussão entre os atores envolvidos, usuários da água e os planos de gestão se tornam

¹ SORRE (1957, p. 14-17 apud SANTOS, 2004 p. 28) define que a familiaridade dos povos primitivos com seu espaço, sua percepção, se desenvolveu pela primeira forma de organização social e espacial, que foi e continua nos dias atuais, a estrutura familiar.

importantes para adequar as aplicabilidades e ações nos planos de gestão em bacias.

Nesse sentido, esta alusão retratará principalmente, estes aportes científicos na discussão chave entre os atores (sociedade, gestão e água) envolvidos, no planejamento territorial e na sustentabilidade socioambiental em bacias hidrográficas.

2. Conflitos socioambientais e a representação social na gestão das águas em bacias hidrográficas

A crença, a religiosidade, o lugar, o indivíduo e o meio ambiente juntos definem os tipos de ações e atitudes, que imbricam afirmar que sem a gestão social da água não há relação sociedade-natureza. Portanto, esta é significativa quando o poder do homem natural de atuar através do sistema de energias (*input* e *output*)² seja ele, social, político, ambiental, econômico, pode ser definido como fluxos de atuações do poder público, da política ambiental, a sociedade civil e da água, entretanto, representam as relações ambientais e sociológicas, conforme se apresenta na Figura 1.

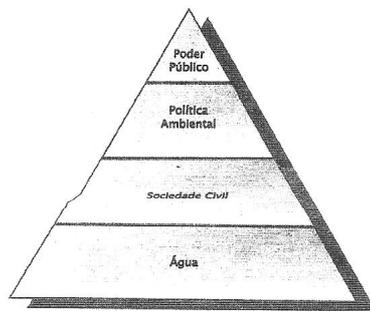


Figura 1 - Representação Social e a Gestão da Água

² Na Ecologia, *input* e a *output* são consideradas entradas e saídas no sistema de fluxos de energia dos ecossistemas. A troca de energia tanto as que entram e as que saem, mantêm o desenvolvimento da vida dos ecossistemas, a exemplo dos manguezais e das florestas tropicais.

Observa-se nessa pirâmide, que as relações dos atores envolvidos não são homogêneas. A relação dos nexos da Figura 1 mostra que, há hierarquia no sistema de gestão da água na questão do domínio nos múltiplos usos.

É nessa contextualização que a distribuição dos atores e objetos envolvidos na espacialidade geográfica devem ficar bem definidos, entretanto, os setores envolvidos por esta representação, circundam a água, mas, nesse diagrama demonstrado, que a água ainda está na base, isso significa servidão.

A água com seus aportes conceituais marcam idas e voltas de normas e diretrizes (legislação), que as atualiza de acordo com os novos impactos sofridos por ela, o que faz desse elemento um objeto problemático a sua gestão.

Percebe-se nesse ínterim que a água se torna um elemento frágil, de vários donos, ou seja, a quem competem de imediato o resguardo, o uso e os seus fins? Quem tem autoridade sobre ela? Por que as diretrizes e resoluções não a protegem da maldade humana e do regime cruel do sistema do capitalismo que a explora diariamente? Na verdade, se analisar esta questão água é quem domina e não ao contrário como foi descrito anteriormente.

Partindo do pressuposto de que a sociedade é parte integrante desse processo, outra forma de representá-la, é através da teoria das representações sociais. Esta busca apontar a abordagem cognitiva, que enfatizam o estudo da consciência e exploram o efeito do pensamento e da interpretação dos sujeitos sobre a atividade social,³ seja esta análise dísica ou contemporânea, aborda

não apenas a construção das representações dos indivíduos, mas a maneira como estas representações se tomam hegemônicas em uma dada formação social⁴, demonstrada na Figura 2.

³ A psicologia social fundamentado no trabalho de Kurt Lewin, trata da teoria do campo. [...] a maneira como as pessoas representam o mundo é o principal determinante de sua ação. [...] os processos cognitivos e o impacto da cognição sobre as relações sociais se tornam centrais na psicologia social contemporânea. [...]

⁴ O conceito de representação social, proposto por Moscovici (1961) apud CAMPOS et al, 1996 p. 171), procura descrever representações coletivas enquanto construções simbólicas, historicamente determinadas, socialmente compartilhadas [...]

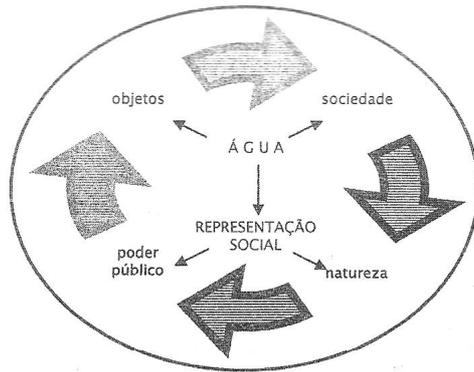


FIGURA 2 - Os elementos que envolvem a gestão social da água e sua representação Fonte: Pesquisa direta (2006)

É importante destacar, que a representação social é projetada pela presença do "eu" (indivíduo), enquanto participante do meio. Para esse contexto, a crença e a certeza da sua importância no espaço vivido, se torna no diálogo discursivo ambiental um papel importante, posto que, sem a presença do ser (ente) as representações sociais seriam inválidas.

Quanto à discussão entorno da gestão social da água, não há como negar que o poder público tem feito diretrizes e leis, para cumprimento da aplicabilidade das estratégias de ações, nos três níveis de distribuição planetária; a água doce, a água salgada e a água salobra. O que se remete a esta questão de definição das estratégias de planejamento regional, e da gestão do território para resguardar a água, são as diretrizes, os códigos, as leis, e as resoluções, que a protege (legislação).

Nesse ensejo, a discussão atual sobre a gestão da água, principalmente a de classificação doce, superficiais e subsuperficiais, prioriza não mais para uma política de internalizar os impactos sociais e econômicos que levaram a natureza e seus elementos a um colapso, mas para uma diretriz de conservação com metas de sustentabilidade futura. Esta afirmativa é a única certeza que se tem sobre o fim dos recursos naturais, a situação se torna insustentável, quando o maior elemento capaz de produzir e reproduzir vida sofre limitações quanto a sua disponibilidade.

A gestão social da água em bacias hidrográficas é tomada nessa discussão textual, como um elemento que representa uma unidade geoespacial, que permite ter a bacia como unidade de planejamento. Dessa forma, estudos que estejam voltados para a qualidade de vida nas bacias devem ser aprofundados no quesito sociedade/natureza. Esta necessidade, não é apenas fruto das catástrofes ambientais, que permeia a água como centro das transformações, mas, entretanto, das primazias dos elementos que fazem a bacia ter vida. É nessa interação dos elementos naturais: solo, água, cobertura vegetal, corpo hídrico, regime de precipitações e a ação humana, que juntos formam um tabuleiro que apresentam um papel importante na funcionalidade da bacia.

Para essa discussão, os atores e objetos envolvidos, tornam esse ambiente um sistema cíclico de funções exercidas, proporcionada pela dinâmica do lugar. A paisagem onde as forças sociais e naturais agem, movimenta na bacia um grande espetáculo natural, mas, a autonomia (natureza), na política pública de desenvolvimento seja ele industrial, científico ou social voltados para suprir a necessidade do mundo capitalista e provoca desequilíbrio socioambiental capaz de desterritorializar esse espaço geográfico.

As bacias hidrográficas na atualidade são berços de conflitos sociais, onde a população local é excluída pelo processo capitalista. A política de divisas monetárias prescreve que os recursos naturais, são os primeiros elementos inventariados na bacia, para ser efetivada a gestão ou o gerenciamento dos recursos hídricos. Nessa alusão, os conflitos socioambientais são notórios. O exemplo dessa questão é a construção de hidroelétricas e de barragens em áreas onde há presença de comunidades ribeirinhas, os conflitos sociais e ambientais são retratados pela luta dos moradores frente a um gigante poderoso, o sistema capitalista. ⁶

Nesse contexto, é necessário que as políticas para a gestão social da água contemplem principalmente a relação⁷ sociedade/natureza, responsável pela dinâmica natural e sociológica que faz da bacia hidrográfica o lugar do ser

⁵ Não há como não ocorrer este tipo de ocupação, entretanto, é natural que todos os indivíduos procurem cursos d'água, para desenvolver suas atividades produtivas.

⁶ Como ícones de uma determinada concepção hegemônica a de desenvolvimento e progresso, símbolos e atitude política empreendedora, as barragens já desalojaram mais de 240 mil famílias no Brasil, o equivalente a um bilhão de pessoas. Inundaram 3,4 milhões de hectares de terras férteis e florestas, atingindo os segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira - minorias étnicas como indígenas e quilombolas - e as populações ribeirinhas. Nessa medida, entendemos que as barragens são geradoras de injustiça ambiental. (Dados apresentados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens. *A crise do modelo energético: construir um outro modelo é possível?* (BERMANN, 2002 apud PEREIRA et al, 2005).
Relação é uma ordenação, um direcionamento intrínseco, (necessário) de uma coisa, em direção a outra. Já essa "coisa" continua "uma". Nesse sentido, relação é um e três ao mesmo tempo, embora não sob o mesmo aspecto. Então, comunicação, união, diálogo, etc, são relações, mas relação é muito mais: é um conceito que se aplica a uma realidade que não pode ser ela mesma, sem que haja uma outra coisa. (AMPOS, et al, 1996 p. 82).

e na visão geográfica impulsiona o estudo das inter-relações. Sem essa visão, não há como evitar os conflitos nessa unidade de planejamento regional.⁸

3. A água é um recurso natural de dimensão social

Os recursos hídricos disponíveis para consumo humano, industrial e dessedentação de animais estão presentes em todas as regiões do planeta que envolve diferentes formas de vida. A água é o principal elemento que abriga e rege a vida em todos os sentidos e que sem ela todas as formas de vida produtiva estão fadadas a se esgotar.

A questão não nega que a sociedade capitalista, seja o principal elemento causador das perdas e esgotamentos das águas potáveis e das vazões insatisfatórias, dos rios que escoam nos solos das grandes bacias hidrográficas.

Para tanto, a sociedade está sem crédito. (qualitativo e quantitativo) para usar a água demasiadamente, devido ao uso descontrolado perde, portanto, a oportunidade de financiar um novo empréstimo, isso acontece por causa das dívidas acumuladas e irreversíveis do consumo descontrolado, somados ao desperdício, poluição, assoreamento, desmatamento das margens, agricultura (irrigação) entre outros agravantes, que vetam as bacias hidrográficas de continuar com seu curso natural.

Nesse sentido, a bacia hidrográfica é compreendida pelo seu perímetro e da interação de outras bacias das áreas de entorno, que pelas suas características topográficas, geológicas, de solo, vegetação e água, recebem e escoam toda água na superfície do solo. Nesse contexto, a bacia hidrográfica é a única área com um exutório comum para o escoamento de suas águas superficiais.⁹ Notadamente, este fato é particular nas bacias sedimentares, onde as culturas de subsistência e de ciclo curto são desenvolvidas nas margens do rio, que envolve e desenvolve a vida das comunidades ribeirinhas, conforme se observa na Figura 3.

⁸ A identidade, o território e a luta pelo significado do lugar. [...] conflitos entre os quais se contrapõem tentativas de desterritorialização e territorialização impostas pelo Estado. [...] Estes visam à manutenção do território para os grupos locais [...] em defesa de seus direitos territoriais. (PEREIRA, et al, 2005 p. 55).⁹ (SRH/MMA, 2000 apud THEODORO 2002, p. 20), na discussão do uso da água superficial em bacia hidrográfica, internalizada a importância da bacia para o planejamento regional e a gestão territorial com base nas funções sociais.

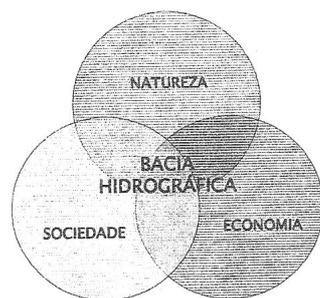


Figura 3 - A gestão social da água na bacia hidrográfica

É no ambiente a montante e a jusante¹⁰ do rio principal da bacia hidrográfica que as comunidades se organizam em grupos produtivos, fortalece a produção agrícola, e reúnem as atividades no sistema definido como agricultura familiar. Este fato explicita que as relações produtivas e sociais para o incremento do sustento, são o maior projeto de vida das comunidades das áreas também do entorno da bacia. ¹¹

Essa discussão sobre os conflitos sociais em bacias hidrográficas impulsiona o Governo a planejar e discutir estratégias de ações, que atenuem e direcionem a forma mais adequada para nos múltiplos usos da água principalmente para estas comunidades. O quadro dos conflitos sociais abrange áreas que passam pelo setor da saúde pública, do planejamento, da administração pública, dos usuários da água e das organizações representativas da sociedade civil.

As inquietações da sociedade civil em destaque perpassam pela representação do *ser* na vida cotidiana, e na identidade com o *lugar*², área de ação que marcou um papel importante na construção das classes sociais, na

10 Referem-se ao lugar onde está acima do outro, tomando como referência a corrente fluvial que passa na região. Já a jusante está abaixo do outro ao considerar a corrente fluvial pela qual a área é banhada (GUERRA, 1993).

11 Andrade (2004 p. 4S) ressalta que o que é desenvolvimento e o que é sustentável cabe nessa alusão ora apresentada, no seguinte conceito: "o conjunto de processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade contrapõe valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade."

2 (...) o lugar (não importa a dimensão), é a sede dessa resistência da sociedade civil. [...] a resistência às bases mais altas. (SANTOS, SOUZA e SILVEIRA, 1996 p. 19. GRIFO NOSSO).

geração familiar, no uso e ocupação do solo, nas forças produtivas e enfim na continuidade das gerações futuras.

Portanto, os conflitos socioambientais também são firmados pelos nexos existentes entre a forma de participação social, e a sustentabilidade ambiental na gestão social da água. Entretanto, nessa questão, as dificuldades enfrentadas pela população local estão externalizadas nos conflitos gerados quanto ao uso e abuso da água nas bacias hidrográficas.

O desperdício da água causada por técnicas ultrapassadas também é um problema grave nas relações de produção. Mediante este contexto, a paisagem geográfica metamorfoseada pelos impactos socioambientais na bacia, é modificada ao mesmo tempo em que os recursos naturais se tornam escassos, entre eles, a água.

4. O poder público, a água e a sociedade: há alguma relação sustentável?

A palavra poder, significa autonomia sobre determinado objeto/indivíduo e pelo poder, o homem estabelece domínio de atuação. Nesse sentido, o poder que a política pública exerce sobre espaço geográfico, determina o que na geografia se define por território. O território é uma unidade delimitada pela ação do poder.

Santos et al (1996 p. 17) afirma que "o território usado é objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado". "[...] os objetos são representados pela técnica, enquanto que a realidade é provida da ação humana sobre o meio". "[...] o território é assim um recorte de várias ações e objetos capazes de delimitar e provocar disputas". 13

Essa questão é uma reflexão sobre o papel da política governamental, para o planejamento regional na gestão social da água em bacia hidrográfica. Dessa forma, dois pontos se destacam nessa discussão; uma analisa o território como uma região de poder e a outra, sublima a bacia hidrográfica no espaço geográfico também utilizado como unidade de planejamento territorial, que possibilita a relação entre domínio e atuação e sobre os símbolos naturais e artificiais. Portanto, poder público, sociedade e soberania definem as ações estratégicas dentro de -uma visão geográfica para essa forma de gestão.

A exemplo disso, no Alto e Médio Jequitinhonha, noroeste do Estado de Minas Gerais, identificada como "área problema", "bolsão de pobreza", sofreu nos anos 80 com o "Programa Novo Jequitinhonha". O programa tinha

13 SOUZA (op.cit, p.27 in SANTOS, SILVEIRA, 1996), diz que, "a estreita relação entre espaço e poder e sua representatividade no Brasil, carece ser examinada e considerada com cuidado. Milton Santos (1996) divide esta sistematização territorial da nação em três elementos: o território, o poder e a soberania".

como objetivo, desenvolver projetos de construção de barragem para irrigação e geração de energia hidrelétrica de Irapé, permitindo assim, o surgimento de um conflito social e cultural. 14 (ZHOURI, LASCHEFSKI E PEREIRA, 2005).

Estes conflitos implicam na desterritorialidade e na reterritorialidade, instigados pelo Estado. Essa situação, provoca um novo planejamento; o de reterritorializar (lugar/ambiente) as comunidades atingidas diretamente pelo empreendimento. Isso induz o sistema governamental, a desenvolver uma nova dinâmica do *lugar* onde os indivíduos anteriormente, desenvolviam suas atividades sociais e culturais.¹⁵

De acordo com Oliveira e Guimarães (2004, p. 17) "a luta do homem com natureza sempre existiu, desde o momento em que o ser humano necessitou retirar na natureza, os recursos indispensáveis à sua sobrevivência, como também o necessário para vencer as intempéries naturais".

Notadamente, toda essa questão dos impactos negativos relacionados com a água induz o Governo a redigir novas leis. A verdade que difere as leis ambientais e a aplicabilidade, está justamente na interpretação e o tempo transcorridos para a execução. A rapidez com que os índices de degradação alcançam os corpos hídricos é superior a execução da lei, isso se afirma. Entretanto, pela simples verificação de que a ação direcionada para o ambiente natural é bem mais rápida do que a ação da Legislação ambiental isso implica dizer que a burocracia, o trâmite de processo, a insuficiência dos técnicos em cobrir as áreas atingidas, favorece a degradação.

Esse contexto aponta para a responsabilidade da Política governamental, através de suas secretarias, para diminuir o tempo de ação das políticas e estratégias voltadas para a proteção do meio ambiente.

O artigo 227 da Constituição Federal do Brasil de 1988 (Carta Magna), trata do meio ambiente, define leis voltadas para os mais diversos atos relacionados a tudo que está assentado na superfície e na sub-superfície (água, solos, fauna, flora, uso e ocupação do solo, mares e oceanos, e os seres bióticos e abióticos). (MILARÉ, 2005).

usina hidrelétrica já está sendo construída no final do rio Jequitinhonha. A barragem tem 205 metros de altura, com um reservatório com 137,16Km². Atinge sete municípios e desalojará aproximadamente 24 famílias, ou cinco mil pessoas. A licença para construção foi dada em 2002 pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) à Companhia de Energia de Minas Gerais (CEMIG). [...] O projeto da usina hidrelétrica de Murta, no mesmo rio, a jusante de Irapé, também apresenta impactos com proporções semelhantes, atingindo cerca de 900 famílias. Os novos cenários de confronto, produzidos a partir do licenciamento de usinas hidrelétricas, apenas refletem a atualização dessa prática revelada na disputa pelo território, pelo poder de uso e ocupação, e, portanto, pelo direito de definir-lhe o significado. [...] A partir do entrelaçamento dos espaços por meio das relações de poder (GUPTA; FERGUSON, ACSELRAD, 2004 apud Op.cit, 2005 p. 55) que recriamos tais conflitos".

A questão relevante é que no Brasil, as implicações e desacordos mediante a execução e a aplicabilidade das leis, não são pela inoperância do poder, mas pela quantidade de capítulos e parágrafos que confundem teoria e prática à sua aplicabilidade.

No território brasileiro, os primeiros estudos relacionados com a gestão das águas tendo a bacia hidrográfica como unidade, iniciaram-se nos anos 30 (Séc. XX), através do Código de águas (1934). Nos anos 60, os trabalhos desenvolvidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE marcou a questão da água na região Nordeste. De acordo com Silva (2005), desse ponto em diante, as discussões vem trazido um aprofundamento e um arcabouço teórico, que contribuiu de certa forma para que a sociedade na tomada de conhecimento, da problemática da escassez da água na superfície terrestre.

Dessa forma, fica explicitada, que a unidade georeferencial para estudos relacionados com a água é a bacia hidrográfica, assim, a gestão da água nesse ambiente se transformou nos últimos tempos, um elemento centralizado da Gestão do Território, e o desenvolvimento das atividades nela exercida. Nesse contexto poderemos englobar povo, poder (soberania) e território como elementos principais, na discussão em torno do tema central da atualidade, que é a água e sua forma de uso em todos os sentidos.

Outro ponto importante da relação água, poder público e sociedade está na participação da comunidade na gestão social das águas em bacias hidrográficas no Brasil. Isso tem levado governantes a entenderem que, só se faz planejamento estratégico e regional partindo do sistema local para o global. As estratégias de ações quando direcionadas primeiro para a 'reunião dos fatores' sistemáticos da funcionalidade da bacia, todos os projetos e planejamento, podem dar certo e serem aplicados com efetividade. Isso decorre do pressuposto de que, a população que reside nesse ambiente é quem mais conhece os problemas ali gerados diariamente e a causa deles terem surgido.

Os planos sustentáveis em uma bacia construídos de forma estratégica e não tecnocrata são exemplos da capacidade local da comunidade encontrar suas próprias soluções. Este deve compor uma linha conceitual, das características locais e da vivência das comunidades que se utilizam da água.

As questões relacionadas com o uso social da água partem do pressuposto, de que o planejamento estratégico surge como uma preocupação acadêmica. O planejamento estratégico é um advento da modernidade que pode ser utilizado para expandir e sofisticar os métodos de análise estratégica, mas, sempre permaneceu o mistério de atuação dessas estratégias, ou seja, o segredo de como irão ser utilizados os instrumentos para aplicabilidade no desafio político das ações governamentais. (SILVA, 2000; FERREIRA, 2003).

Quanto ao poder público, o que concerne à discussão é que quando a política governamental, não entra em consonância com a opinião da comunidade, conflitos começam a ser gerados (povo, poder e água). Um exemplo prático e atual é a discussão da execução do Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco. Nesse caso, as questões extrapolam as fronteiras locais por que o rio é considerado de unidade nacional e de múltiplos interesses. No lugar de serem discutidos apenas os conflitos de uma comunidade, os entraves passam a ser de interesse de várias comunidades, criando assim, problemas diversos para os comitês de bacias, e usuários da água em geral, estes formados para 'ouvir as comunidades, discutir e traçar estratégias no tocante à sustentabilidade local. (SUASSUNA, 1996)

Os conflitos gerados com a transposição das águas do Rio São Francisco são vários, dentre eles, o social (comunidades ribeirinhas, pescadores), o econômico (agro negócio/irrigação) e o político (quem vai gerenciar a água? Qual o Estado terá mais direito?). Além desses, há o de ordem técnica (medidas de vazão, assoreamento, desmatamento, revitalização), enfim, não se chegou ainda a um consenso quanto da execução do projeto, muito menos, quando será concluído e quem finalmente será beneficiado. Tudo isso ocorre por que, a água é de interesse econômico e serve para os múltiplos usos (SUASSUNA, 1996; MACHADO, 2004).

5. Considerações finais

Portanto, a importância de tratar de temas direcionados aos recursos naturais, será sempre uma forma espontânea de contribuir para a sustentabilidade do planeta. Este artigo considerou a relevância da gestão social da água, o destaque principal, das tensões socioambientais em bacias hidrográficas. O recurso natural água é um elemento capaz de territorializar e também de desterritorializar, o espaço geográfico, caso este se torne escasso. Sem água não há como dar continuidade a vida e, sem vida, o planeta não tem sentido de existir.

6. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. O. de. (org.). *Sociedade, natureza e desenvolvimento: interfaces do saber ambiental*. João Pessoa: editora universitária, 2004 165p.
- CAMPOS, R. H. F. et al. (org.) *Psicologia Social Comunitária: da solidaria à autonomia*. Petrópolis, RJ, vozes, 1996

FERREIRA, L. C. *A Questão ambiental! sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Editora BOITEMO, 2003.

GUERRA, A. T. & MARÇAI, M. S. *Geomorfologia*

Ambiental. Rio de Janeiro:
Bertrand Brasil, 2006, 344p.

MACHADO, C. J. S. (Orgs.). *Gestão das Águas Doces*. Rio de Janeiro: Interciência, 2004

MILARÉ, E. *Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário*. 4.ed. ver., atual. e amplo - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

OLIVEIRA, F. P. M. & GUIMARÃES, F. R. *Direito, Meio ambiente e Cidadania: uma abordagem interdisciplinar*. Editora WWC. 5ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.181 p.

PARAÍBA. (Estado). Secretaria da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente SECTMA. Agência Executiva de Gestão da Água do Estado da Paraíba - AESA. Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH. Resumo Executivo e Atlas. (2005). **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** Acesso em: 05 fev. 2007.

PARAÍBA. (Estado). Secretaria da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente SECTMA. Agência Executiva de Gestão da Água do Estado da Paraíba - AESA. Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH. Resumo Executivo e Atlas. (2005). **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** Acesso em 24 jan. 2007.

SANTOS, M. et al (Orgs.). *Território, Globalização e Fragmentação*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SILVA, D. J. Desafios para a gestão social da água: Um pouco da experiência brasileira. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. (Tese de Doutorado).

SUASSUNA, J. Rio São Francisco: conflitos nos usos de suas águas. Fundação Joaquim Nabuco: Recife, 1999. Disponível em: **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** Acesso em: 16 jan. 2006.

THEODORO, S. H. (Org.). *Conflitos e Uso Sustentável dos recursos Hídricos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA D. B. *A insustentabilidade leveza da política ambiental! desenvolvimento e conflitos socioambientais*, 2005.